



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO
PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No trigésimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Émerson Sampaio. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fábio Souza mencionou a sequência de sete suicídios em um *shopping center* de Belém, alertando que, dois dias após a última e recente fatalidade, outra pessoa também tentou matar-se no local. Considerou não haver culpa do estabelecimento, que foi escolhido como um teatro macabro para cometimento desse ato extremo. Atribuiu essas tristes ocorrências ao adocimento mental das sociedades, que vem se agravando não somente em nosso país, mas no mundo inteiro. Os vereadores desta Casa reuniram-se no dia anterior com as autoridades competentes para debater o tema, informou. Lembrou ter sido realizada, no ano precedente, uma reunião dos membros deste parlamento com os dirigentes dos *shoppings* da cidade, quando estes se comprometeram a adotar medidas para reduzir os casos de suicídio. Infelizmente, lamentou, apenas algumas das providências acordadas foram efetivadas, de forma muito mitigada, e mais dois suicídios vieram a ocorrer. Medidas sérias precisam ser tomadas porque há um local que parece atrair as pessoas dispostas a atentar contra a própria vida, apontou. Além da contenção física dos potenciais suicidas, sugeriu, deve ser feita uma campanha massiva para conscientizar a população e ajudar na identificação dessas pessoas antes que se matem. Inteirou sobre casos em que houve pronta intervenção e o suicídio foi evitado. Na reunião do dia anterior, retomou, vários aspectos foram avaliados e será elaborado um projeto de lei adequado visando evitar os suicídios em *shoppings*. Estes resistem a adotar medidas mais firmes na prevenção ao suicídio por receio de assumirem a pecha de lugar maldito e perder frequentadores, cogitou. Citou o caso de um *shopping* em Brasília em que providências mais sérias somente foram adotadas após a décima segunda morte, o suicídio do filho do presidente do PSB – DF. Comentou que em Belém não vamos esperar a morte do filho de uma autoridade ilustre para adotar as medidas necessárias e que a CMB está agindo em defesa das pessoas que têm a saúde mental comprometida. Chamou a atenção, nesse sentido, para a deterioração dos Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS, pedindo a recuperação das unidades e a ampliação do serviço. Findo o seu pronunciamento, o vereador Fábio Souza assumiu a presidência da Mesa. Émerson Sampaio explicitou vivermos atualmente a expansão dos casos de depressão, atingindo números assustadores e assumindo a dimensão de doença do século. Há muitos casos de suicídio em nossa cidade e em todo o estado que não são divulgados, observou, revelando que um amigo seu de infância suicidara-se na sexta-feira anterior em um município do interior paraense. Lamentavelmente o Shopping Boulevard transformou-se em um palco macabro para esses atos terríveis, um total de sete casos, um dos quais presenciou, em 2019, reportou. A CMB faz o debate, juntamente com os bombeiros, utilizando a equipe jurídica e a equipe técnica deste parlamento, para que o Shopping Boulevard possa adequar-se a essa nova realidade. Conjecturou que a arquitetura do *shopping* é convidativa aos potenciais suicidas e que algumas alterações devem ser feitas para retirar dele essa característica. A rede de proteção e acolhimento deve funcionar, reiterou, ressaltando que muitas vezes as famílias não consideram a gravidade dos casos de depressão. Trata-se de um problema sério e deve começar a ser tratado dentro de casa, mas muitos julgam ser uma bobagem, falta do que fazer, não dando a devida atenção e cuidado às pessoas doentes, estipulou. Fernando Carneiro aludiu também à reunião realizada no dia anterior dos vereadores desta Casa com representantes do Corpo de Bombeiros e do grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa. Evidentemente não se pode responsabilizar o Shopping Boulevard pela condição da saúde mental da população, aquiesceu. Entretanto, continuou, a neuroarquitetura afirma que a arquitetura precisa interagir com a sociedade, criando situações de conforto e evitando situações de risco. Sob tal ponto de vista, prosseguiu, é evidente que a arquitetura do Shopping Boulevard, embora de forma não intencional,

favorece a prática do suicídio. Contou ter participado de um evento interessante no dia anterior, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde – Sesma, com o acolhimento às pessoas em situação de rua. Defendemos tanto os direitos humanos, pontuou, mas passamos por cima de diversos corpos nas ruas sem conseguir enxergá-los. Convidou seus pares a acompanhar, durante toda esta semana, as atividades desenvolvidas no Teatro Nazareno Tourinho, na Praça do Carmo, trazendo arte à população de rua, constituída por pessoas invisibilizadas, frágeis. A sociedade tem responsabilidade para com esse segmento e deve incorporá-lo ao mercado de trabalho, advertiu. Devem ser desenvolvidas políticas públicas para que os CAPS, tanto do município quanto do estado, tenham condição de dar atendimento à saúde mental de nossa população, indicou. Por outro lado, postulou, o Shopping Boulevard deve adotar medidas para garantir a segurança de seus usuários. Informou posteriormente sobre a realização - neste dia, às 15 horas, na Escadinha do Cais do Porto - de um ato contra o Projeto de Lei nº 490/2007, que estabelece o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. Classificou o marco temporal como um crime contra as comunidades indígenas de nosso país porque desconSIDERA cinco séculos de ocupação do território por esses povos, contando apenas as áreas ocupadas por eles a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Na verdade, ironizou, não é um marco temporal, mas um marco que apaga o tempo e facilita o garimpo ilegal nas terras indígenas. Lamentavelmente, reconheceu, há indícios de que o projeto pode ser aprovado no Congresso Nacional, pois este já deu mostras de sua disposição ao aprovar o Arcabouço Fiscal (Projeto de Lei nº 93/2023), limitando investimentos públicos, e ao retirar competências do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério dos Povos Indígenas. O governo Lula precisa reagir a essas iniciativas que engessam a ação do Executivo e impedem a realização dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, alertou. Em aparte, manifestou-se a vereadora Gizelle Freitas. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pablo Farah, sem partido, falou sobre projeto de lei de sua autoria, em pauta nesta sessão, que institui no município de Belém o Programa Semana de Prevenção ao Suicídio nas Escolas Públicas, realizado no mês de setembro. Defendeu a discussão do tema da saúde mental nas escolas, nas empresas e estabelecimentos comerciais para desmistificá-lo e permitir a identificação dos sinais emitidos pelas pessoas com tendências suicidas. Referiu-se posteriormente a outro projeto de lei de sua autoria tratando dos bueiros inteligentes, recepcionado como um dos projetos estruturantes para a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - COP 30. Expressou ficar feliz por ver soluções inteligentes sendo adotadas, tendo a certeza de que o projeto será efetivado em nossa capital, tornando-se uma iniciativa pioneira no Brasil. Parabenizou o consórcio do governo estadual, Prefeitura Municipal de Belém - PMB e governo federal responsável pelo estudo dos bueiros inteligentes. Pelo Cidadania, Matheus Cavalcante refletiu que a geração atual tem mais acesso à informação e sofre mais com a depressão. A sociedade não atentou ao problema e o governo passou muito tempo errando ao não promover políticas públicas com foco na inteligência emocional e na saúde mental dessa população, discorreu. O debate sobre o suicídio é amplo e multidisciplinar, não sendo possível uma solução simples, afirmou, pelo contrário, ela deve ser construída a várias mãos, levando à geração de uma política pública de longo prazo. Concebeu que as pessoas, na tentativa de libertar-se da dor presente em cada momento, usam os *shoppings* como palco para os suicídios, uma prática que lamentavelmente vem se tornando corriqueira. Julgou que o projeto de lei tratando do tema nesta Casa não responsabiliza os *shoppings* pelos suicídios, mas atribui a eles o ônus da resolução do problema, algo que não lhes compete. Uma pessoa emocionalmente fragilizada, desejando suicidar-se, se não puder fazê-lo no *shopping* o fará em outro lugar, como uma passarela ou um viaduto, arguiu. Questionou qual a política pública desenvolvida pela PMB para atender a essas pessoas e qual a previsão para a recuperação dos CAPS visando solucionar o verdadeiro problema que é a reabilitação da saúde mental. Assinalou inexistir praticamente iniciativa da Prefeitura de Belém para enfrentar a questão, ressaltando a precarização dos CAPS do município. Falando posteriormente pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante propôs que se façam apenas sugestões aos *shoppings* do que deve ser realizado, mas não se delegue à iniciativa privada uma responsabilidade do poder público. Alegou que uma lei muito exigente sobre esses estabelecimentos dificultará suas atividades, podendo levar ao fechamento de lojas e aumento do desemprego. Admitiu que a lei impusesse certa altura a uma barreira de contenção, mas ações como o uso de redes, recomendou, devem ser discutidas com os dirigentes dos *shoppings* para que apresentem um plano de trabalho mostrando as medidas de segurança que podem efetivamente adotar. Por outro lado, adicionou, os vereadores devem cobrar da PMB a adoção de políticas públicas para promoção da saúde mental. Externou depois ficar feliz com a realização da COP – 30 em Belém porque isso colocará a cidade no centro do debate mundial sobre mudanças climáticas e trará investimentos como nunca antes, tornando-se um marco histórico em seu desenvolvimento. Sobrelevou que tais recursos não devem ser aplicados somente nas áreas centrais da capital, mas devem também prover obras estruturantes na periferia e levar à melhoria da mobilidade urbana com o pleno funcionamento do sistema BRT. Criticou o reasfaltamento de algumas ruas de Belém em detrimento da


recuperação de vias em zonas periféricas. Pelo Solidariedade, Igor Andrade parabenizou o governador Hélder Barbalho e o presidente Lula pela articulação junto à Organização das Nações Unidas – ONU que resultou na confirmação de Belém como sede da COP – 30, em novembro de 2025. Desse modo, nossa capital entrará efetivamente na pauta da discussão climática no mundo e receberá inúmeros investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana que deixarão um legado para a cidade, previu. Cabe aos vereadores acompanhar, fiscalizar, sugerir e, em caso de uma necessidade especial, aprovar algum pedido de empréstimo da PMB, ajuizou. O governo estadual dará um aporte financeiro a Belém, assim como o governo federal, estimou. Disse ter certeza absoluta de que isso ficará marcado na história do Brasil e do Norte do país: Belém como sede do debate mundial sobre o clima em 2025. Após a decepção de Belém não ter sido escolhida como sede da Copa do Mundo em 2014, temos agora a oportunidade de receber em nossa cidade um evento de grande importância mundial, relevou. Falando posteriormente pela liderança do Governo, Igor Andrade fez menção também aos casos de suicídio que têm ocorrido no Shopping Boulevard. Recordou que esta Casa debateu o tema no ano anterior, tendo apresentado então um projeto de lei determinando a colocação de gradis e telas de proteção nos espaços de grande circulação de pessoas. Havia a previsão de que o projeto entrasse em pauta neste dia, cientificou, mas em uma reunião no dia anterior isso foi adiado para a terça-feira da semana seguinte devido à necessidade de melhorá-lo com a apresentação de emendas e ajustes. Notificou ter havido uma reunião sobre o assunto com a participação de mais de quinze vereadores deste parlamento e de representantes do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Apenas as medidas de segurança não são suficientes, assumiu, sendo necessário fortalecer a rede de atenção e atendimento em saúde mental com a recuperação dos CAPS. Fez notar que a demanda por atendimento psicológico aumentou muito após a pandemia. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Pela liderança do bloco PT – PC do B, Bia Caminha fez referência à apreensão em Belém, no sábado anterior, de 290 kg de maconha em um avião usado por um pastor, comentando que a justiça deve seguir seu curso e os criminosos devem ser responsabilizados. Parabenizou depois os vereadores da Casa por relevarem um projeto de lei de fundamental importância para redução dos suicídios em nossa cidade. É óbvio que os *shoppings* não são responsáveis pela saúde mental das pessoas, ponderou, mas, na medida em que se tornam recorrentes os casos de suicídio, os estabelecimentos devem ser obrigados a adotar medidas para evitá-los. A lei deve regular os espaços utilizados pelo público e os *shoppings* são espaços de grande circulação de pessoas, frisou. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Emerson Sampaio solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. A seguir, assumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Emerson Sampaio pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Passou-se posteriormente à leitura e votação do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando dois dias de licença parlamentar, em 30 e 31 de maio de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às dez horas e dez minutos, em decorrência do lançamento do livro “Os Direitos da Mulher”, a ocorrer às dez horas e trinta minutos da manhã neste Salão Plenário. Estavam licenciados os vereadores Allan Pombo, Fabrício Gama, Mauro Freitas e Renan Normando. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Augusto Santos, Bioco, Goleiro Vinícius, Miguel Rodrigues e Moa Moraes. Estiveram presentes os vereadores: José Dinelly, Emerson Sampaio e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Lulu das Comunidades, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Wellington Magalhães, Blenda Quaresma, Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Gizelle Freitas, Enfermeira Nazaré Lima, Sílvia Letícia e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo bloco PT – PC do B; Juá Belém, pelo Republicanos; Moa Moraes, pelo PSDB; Márcio Santos, pelo PSB; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Matheus Cavalcante, pelo Cidadania; Fábio Souza, sem partido; Pablo Farah, sem partido; Túlio Neves, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 30 de maio de 2023.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário